



A justiça social nos arquivos da *web*: considerações para (re)pensar a avaliação documental

Jonas Ferrigolo Melo

Doutorando em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto (UP), Porto, Porto, Portugal.

ORCID: 0000-0002-7312-3509

<http://lattes.cnpq.br/0594057350445795>



Moisés Rockembach

Professor Doutor em Ciência da Informação, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

ORCID: 0000-0001-9057-0602 -

<http://lattes.cnpq.br/1304688580274983>

moises.rockembach@gmail.com

Submetido em: 26/05/2023. Aprovado em: 28/02/2024. Publicado em: dd/mm/yyyy.

RESUMO:

Este artigo analisa o processo de avaliação documental em arquivos da *web* sob a perspectiva da inclusão social, buscando compreender de que maneira a literatura sobre avaliação documental pode contribuir para a construção de arquivos da *web* que promovam a justiça social. O objetivo geral consiste em identificar, na literatura arquivística e em alguns casos empíricos, elementos que sugiram formas de compor arquivos da *web* alinhados com os princípios de justiça social. Para fins metodológicos, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental. Dez iniciativas de arquivamento da *web* foram apresentadas. Reconhece-se a necessidade de repensar os processos de avaliação do conteúdo *web*, considerando os contextos culturais diversos e as desigualdades sistêmicas que podem resultar em perda permanente de registros históricos. Argumenta-se que o arquivamento da *web* requer que as dimensões culturais que influenciam as decisões sobre preservação sejam consideradas. Este estudo oferece *insights* sobre avaliação no arquivamento da *web*, servindo como ponto de partida para pesquisas futuras.

Palavras-chave: arquivamento da *web*; arquivo da *web*; avaliação documental; justiça social.

INTRODUÇÃO

O acesso e o uso de recursos digitais na internet, muitas vezes, são ineficazes por motivos tais como a rápida evolução tecnológica, a incapacidade dos criadores de manter seus *websites* ativos por períodos prolongados e impedimentos legais para manter tais páginas *web* em diferentes países. Como afirmou Tim Berners-Lee, o inventor da *web*, “não há nenhuma razão em teoria para as pessoas mudarem de *URLs*, mas milhões de razões na prática” (Berners-Lee, 2013). Nesse sentido, emerge a necessidade de estudar estratégias de preservação digital, como o arquivamento da *web*, a partir das mais diversas abordagens e atividades, tais como a seleção, a preservação, o arquivamento e o acesso a *websites* selecionados, sob a premissa de que esses *sites* contêm informações com valor acadêmico, cultural e institucional.

O arquivamento da *web* tem sido estudado a partir de seus usos como fonte primária (Brügger, 2011; 2012; Milligan, 2018; Rodrigues; Rockembach, 2021; Rogers; Brügger; Milligan, 2018), afinal o seu conteúdo pode ser considerado patrimônio cultural virtual ou como recurso de informação para a pesquisa. Portanto, capturar as experiências positivas das pessoas e as suas formas de viver tem o potencial de tornar-se também parte da memória social e cultural a ser guardada e reconhecida no futuro. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece que parte do patrimônio cultural tangível são os *websites* que contêm valores do patrimônio cultural (UNESCO, 2021).

Os arquivos da *web* têm sido amplamente posicionados como recursos necessários para preservar o acesso a *websites*, mídias sociais e outras formas de comunicação por meio da *web* para uso futuro, bem como uma fonte fundamental para pesquisas em Humanidades Digitais (Brügger, 2018; Fritz *et al.*, 2021; Milligan, 2019; Rockembach, 2019; Weber, 2020). Além disso, há discussões que vêm explorando as abordagens metodológicas para o arquivamento da *web* (Bragg *et al.*, 2013; Khan; Rahman, 2019; Németh; Drótos, 2019), bem como os seus aspectos éticos (Glanville, 2010; Mackinnon, 2021; Rockembach, 2017).

O arquivamento da *web* espalhou-se pelo mundo e é realizado por diferentes tipos de organizações, como arquivos, bibliotecas, universidades e empresas¹. O *Internet Archive* é considerado o primeiro arquivo da *web* do mundo, fundado por Brewster Kahle em 1996, e é constituído como uma organização sem fins lucrativos, que tem a missão de possibilitar o “acesso universal a todo o conhecimento” (*Internet Archive*, 2023, *online*). No Brasil, a preservação da *web* começou a ser debatido com mais intensidade em 2015, quando da apresentação de um Projeto de Lei (PL) no Congresso Nacional; em 2017, passou a fazer parte de debate como grupos de pesquisa; em 2018, a discussão do tema começou a ganhar mais força (Ferreira; Martins; Rockembach, 2018; Boeres; Saad, 2023; Rockembach, 2018a; 2018b; 2018c; Rockembach; Ferreira, 2018; Rockembach; Pavão, 2018); em 2020, expandiu

1 Site: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Web_archiving_initiatives.

do âmbito acadêmico para outras esferas e, em 2022, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) aprovou a Política de Preservação Digital para *Websites* e Mídias Sociais (Melo; Oliveira; Rockembach, 2023).

A inserção de uma política de preservação de páginas *web* abre a possibilidade de o país criar uma cultura de preservação sistemática dessas fontes de informação e memória social e, por meio disso, “[...] alcançar um senso de comunidade, identidade nacional e enraizamento entre os cidadãos brasileiros, no sentido em que se estará preservando informações que, de certa forma, moldam a identidade nacional [...]” (Melo, 2020, p. 21). No entanto, a publicação de legislações não será suficiente se não for acompanhada de pesquisas de soluções práticas para a efetiva implementação de arquivos da *web* (Melo; Oliveira; Rockembach, 2023), assim como de debates sobre questões teóricas, tal como o processo de seleção.

Embora questões que envolvam o poder e a política de seleção e avaliação de documentos tenham preocupado historicamente a profissão de arquivista por décadas, essas observações apontam para uma comunidade que geralmente é resistente a discussões sobre “seletividade” (Ogden, 2022). Importante considerar que o trabalho de seleção requer muitas decisões difíceis para os profissionais e, portanto, se entende a necessidade de padrões e técnicas claros e objetivos. Afinal, a avaliação e a seleção no âmbito dos arquivos estão entre as suas principais atividades, ao passo que os acervos têm a capacidade de abranger interseções de todas as identidades, incluindo raça, situação econômica, gênero e sexualidade, religião e política. Sendo assim, os arquivistas podem atuar para aumentar os casos de pessoas anteriormente não representadas ou sub-representadas no registro historiográfico. Tais abordagens pluralistas para a prática arquivística têm uma longa história, que remonta aos primeiros esforços para criar arquivos mais inclusivos (Booms; Joldersma; Klumpenhower, 1987; Cook, 1992; Eastwood, 2002; Flinn; Stevens, 2009; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Harris, 2007; Zinn, 1977).

Nesse sentido, preocupações sociais devem ser consideradas na formação de coleções e acervos documentais. Questões tais como privacidade de pessoas vulneráveis ou que tenham sofrido traumas e não querem que suas histórias sejam preservadas em um arquivo, por exemplo. Além disso, o respeito a culturas, crenças e tradições variadas, sobre como e quando seus materiais são acessados e quem pode manipulá-los. Outro fator diz respeito aos membros da comunidade LGBTQIAP+, que podem querer ser representados por seus nomes sociais e definir seus próprios pronomes de tratamento. E, nesse sentido, arquivos e outras instituições de patrimônio devem ser sensíveis às questões sociais inerentes à composição desses instrumentos de preservação da memória.

Os conceitos de inclusão social não se limitam a esses atores anteriormente citados, afinal são ideias complexas que foram associadas ao pensamento político moderno e ligadas à pobreza, privação e desigualdade. Tornar-se ‘socialmente incluído’ está ligado ao fato de indivíduos serem capazes de cumprir seus papéis sociais (Levitas, 2004). A inclusão social envolve, portanto, ações que têm como objetivo promover a integração de grupos

marginalizados no meio social, tais como pessoas homossexuais e transexuais, negras, com deficiência, pertencentes a povos indígenas ou à população de baixa renda. Historicamente, esses atores enfrentaram uma exclusão do processo de socialização, que perdura na atualidade. Nesse contexto, ações para inclusão e representatividade são constituídas para proporcionar oportunidades iguais, independentemente da condição social imposta em razão de sua natureza. Essa exclusão social reverbera nos registros formais que cumprem com sua missão institucional e acabam por compor arquivos históricos e permanentes.

É fundamental que os arquivistas façam um esforço consciente para incorporar a diversidade e a inclusão em todas as áreas do trabalho arquivístico. Esses profissionais são incentivados a considerar ativamente as formas como organizam, descrevem e preservam os materiais. Os arquivistas e profissionais de arquivo têm responsabilidades únicas para com a sociedade, o propósito, as estratégias e as tecnologias utilizadas em um arquivo impactam tanto no que é selecionado para arquivamento quanto na forma como esse material pode ser acessado. É importante que os profissionais tenham em mente esses aspectos quando programam e realizam suas atividades.

Este artigo examina o arquivamento da *web* pelas lentes da natureza subjetiva daquilo que se entende por inclusão social. Inspirado no trabalho de Harris (2002) sobre a relação do processo de avaliação documental, com o poder e a memória, argumentamos que o arquivamento da *web* requer atenção de quem está arquivando a respeito das dimensões culturais que recaem sobre as decisões sobre como a *web* é salva. Nesse sentido, questiona-se: **como a literatura sobre avaliação documental pode contribuir para a composição de arquivos da web sob a perspectiva da promoção da justiça social**. O objetivo deste artigo foi buscar elementos na literatura arquivística e em alguns casos empíricos que apresentem possibilidades de composição de arquivos da *web* a partir da premissa da justiça social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a necessidade de encontrar respostas aos questionamentos sobre quais critérios podem ser utilizados para a seleção de *websites* que comporão um arquivo da *web*, este artigo propõe um primeiro diálogo para ampliar o debate sobre critérios de avaliação documental possíveis para a composição de arquivos da *web*. Para isso, propõe-se introduzir alguns estudos metodológicos para avaliação em arquivos sob a perspectiva da inclusão social, mesmo que essas teorias sejam, por vezes, desconsideradas a partir do viés corporativo/administrativo, inerente às práticas de gestão documental instituídas.

Partimos do pressuposto de que, quando os debates ficam em torno de uma técnica restrita, há o risco de esta técnica se sobressair à preservação da informação contextualizada. Essa ótica restrita pode fazer com que os arquivos promovam o apagamento de determinadas populações que são estruturalmente invisibilizadas na sociedade. Nesse sentido, o objetivo

geral deste artigo consiste em buscar elementos na literatura arquivística e em alguns casos empíricos que apresentem possibilidades de composição de arquivos da *web* a partir da premissa da justiça social.

Para alcançar o objetivo geral, a metodologia da pesquisa foi composta por duas fases. A primeira adotou a pesquisa bibliográfica como abordagem metodológica. Foram utilizadas as bases de dados científicos *Scopus*, *Web of Science* e *Dimensions* para buscar elementos na literatura arquivística que contemplem métodos de avaliação que considerem questões sociais como critério avaliativo. Os artigos foram organizados com a intenção de facilitar a leitura e a recolha de informações, teorias, autores e ideias que pudessem ir ao encontro do que se busca com este estudo. Os temas pesquisados foram os relacionados à avaliação documental com viés na justiça social e arquivos da *web* que contemplem populações socialmente excluídas.

Na segunda fase, uma abordagem de pesquisa secundária (também conhecida como pesquisa documental) foi realizada. Isso envolveu resumir, agrupar e sintetizar documentação relacionada a projetos de arquivamento da *web* existentes que tenham um viés de justiça social. Várias iniciativas de arquivamento da *web* foram selecionadas e analisadas. No que diz respeito à seleção de nossa amostra de iniciativas de arquivamento da *web*, algumas características foram consideradas: (i) iniciativas de arquivamento da *web* estabelecidas; (ii) distribuição geográfica; (iii) diferentes vieses dentro do escopo de inclusão social. A seleção se deu dessa forma, de modo a estudar uma amostra representativa de iniciativas de arquivamento da *web*. Foram selecionadas dez iniciativas.

O primeiro estudo analisou o projeto *DocNow*, uma iniciativa que se concentra no arquivamento de conteúdos *web* relacionados a eventos e movimentos sociais. O segundo estudo concentrou-se na plataforma *Community Webs*, que visa a arquivar e preservar conteúdos *web* de comunidades locais. Já o terceiro caso examinado foi a plataforma *Web Archiving at Stanford*, que se dedica a preservar e disponibilizar o conteúdo *web* de instituições acadêmicas e relacionados a política e campanhas eleitorais. O quarto estudo examinou o *MFigure*, repositório de arquivamento *web* da Malásia voltado para o patrimônio social e cultural. O quinto estudo observou a plataforma *Huellas Incómodas*, que engloba questões relacionadas ao feminismo e à igualdade de gênero. O sexto caso explorou o projeto *Archiving the Black Web* (ATBW), que busca preservar e tornar acessíveis os registros *online* da experiência negra. O sétimo caso é o *#SchomburgSyllabus*, um arquivo da *web* composto de recursos educacionais relacionados a estudos, movimentos sociais e experiências negras. O oitavo estudo foi dedicado ao arquivamento de conteúdos *web* LGBTQIAP+ no contexto russo e do leste europeu. O nono estudo foi o arquivo da Universidade de British Columbia (UBC) para o estudo dos povos indígenas, intitulado *First Nations and Indigenous Community Websites*. Por fim, o décimo caso são as coleções do maior arquivo governamental da *web* no mundo, o *UK Web Archive* (UKWA), que disponibiliza dezenas de coleções com viés da promoção da justiça social.

Esses casos contribuíram para uma compreensão mais profunda sobre o papel do arquivamento da *web* na proteção e preservação da diversidade cultural e na promoção da inclusão social de grupos tradicionalmente invisibilizados nos arquivos. Ao examinar as interseções entre arquivos, avaliação documental e justiça social, o artigo reforçou a importância do arquivamento da *web* como uma ferramenta essencial na documentação das vozes e experiências de diversas comunidades, bem como na promoção de um acesso mais democrático ao conhecimento e à história desses grupos.

ARQUIVAMENTO DA WEB

Entre as décadas de 1980 e 1990, surgiram os primeiros movimentos com o objetivo de desenvolver estratégias que iam ao encontro do surgimento das tecnologias digitais e, em particular, pretendiam abordar a capacidade das instituições de memória em capturar e preservar artefatos digitais como registros de fenômenos sociais (Schneider; Foot, 2008). Porém, a história do arquivamento da *web* remonta aos últimos 20 anos, com as primeiras iniciativas lançadas em 1996 pelo *Internet Archive* e pelas Bibliotecas Nacionais da Austrália e da Suécia (Schroeder; Brügger, 2017). A França também foi pioneira no campo com a Biblioteca Nacional da França (BnF), realizando seus primeiros experimentos de arquivamento da *web* em 1999 (BNF, 2017).

Devido ao fato de o arquivamento da *web* ser uma área emergente, pode ser difícil encontrar definições precisas e claras. Consequentemente, é comum que a expressão “arquivamento da *web*” seja utilizada de forma intercambiável com “preservação da *web*”. É unanimidade, no entanto, que os arquivos da *web* são sistemas inovadores que adquirem, armazenam e preservam informações publicadas na internet (Brown, 2006) e, assim como os espaços habituais de memória, os arquivos da *web* também se constituem como fonte para pesquisas e materializam espaços para a salvaguarda de informações.

Rockembach (2018a, p. 9) diz que o arquivamento da *web* pode ser definido “[...] como um processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da *World Wide Web* para futuros pesquisadores”. O *International Internet Preservation Consortium* (IIPC), por sua vez, o define como “[...] o processo de coletar porções da *World Wide Web*, preservando as coleções em um formato de arquivo e, em seguida, servindo os arquivos para acesso e uso” (IIPC, 2017, *online*).

Dada essa perspectiva de permanência a longo prazo, o arquivamento da *web* requer uma abordagem estratégica em relação a tecnologias, sistemas, políticas, procedimentos e recursos para torná-lo mais do que o ato de simplesmente coletar e armazenar conteúdo *online*. Nesse sentido, as questões legais têm implicações relevantes para o arquivamento da *web*, pois influenciam as políticas de seleção, preservação e acesso dos usuários ao conteúdo arquivado. E, portanto, devem estar presentes nos debates de composição de um arquivo da *web* aspectos relacionados às legislações de direitos autorais, proteção de dados pessoais, assim como a questão dos conteúdos ilegais que violam a política pública.

À medida que a *web* evoluiu para um meio de comunicação, ela passou a apresentar uma vasta coleção de fontes primárias para o nosso passado. Essa riqueza de informações diversificadas fornece as condições necessárias para o surgimento do arquivamento da *web* como um campo verdadeiramente interdisciplinar, reunindo profissionais e acadêmicos de diferentes áreas: humanidades, ciências sociais, ciências da computação e da informação, bibliotecas, arquivos etc. (Ogden; Halford; Carr, 2017). Ainda que no Brasil as ações relacionadas ao arquivamento da *web* estejam mais centradas no campo da ciência da informação, com algumas inserções na comunicação, tecnologia e patrimônio cultural (Melo; Oliveira; Rockembach, 2023), espera-se que outras áreas se insiram no debate, formando uma rede interdisciplinar no campo nacional, tal como ocorre em outros países.

Dada a importância dos elementos legislativos, técnicos e políticos ligados à criação de um arquivo da *web*, é fundamental fornecer informações e documentação adequadas sobre esse contexto aos usuários do arquivo da *web*, a fim de abrir sua caixa-preta. Um bom exemplo nesse sentido é o arquivo da *web* portuguesa (arquivo.pt), uma vez que promove sua difusão por meio de vídeos que esclarecem o funcionamento interno do arquivo, conferindo, assim, transparência. Essa é uma ação necessária quando vista na perspectiva do usuário, ao passo que precisam ser dados elementos que auxiliem na busca e, se for o caso, no arquivamento de páginas da *web*.

E, portanto, considerando a *web* como uma rica fonte de informações, o seu arquivamento se tornou um campo interdisciplinar que reúne especialistas de diversas áreas. No Brasil, espera-se poder ampliar os debates para além da Arquivologia e da Ciência da Informação e, de igual forma, que os conhecimentos clássicos dessa área consigam incluir os arquivos da *web* no escopo de seus debates.

AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

A avaliação documental é comumente compreendida como o processo realizado por arquivistas para identificar materiais que possuem um valor duradouro significativo, o qual justifica sua preservação em um arquivo (Pearce-Moses, 2005). Embora os valores atribuídos possam ser diferentes, considerando que há um grau de subjetividade envolvido nesse processo, a atividade de avaliação geralmente é pautada por uma técnica, alicerçada por meio de pesquisas, documentos e legislações. Trata-se de uma atividade central para o trabalho nos arquivos. O resultado das decisões de avaliação molda o registro histórico e, por extensão, aquilo que conhecemos sobre o passado e a nossa memória social (Jacobsen; Punzalan; Hedstrom, 2013).

Eric Ketelaar (2001) introduziu o neologismo “archivalization” (em tradução livre, “arquivalização”) para expressar o processo de escolha sobre o que é ou não digno de arquivamento. As decisões de avaliação são expressões da lógica organizacional predominante e daqueles que avaliam os documentos. Os resultados podem ser modificados a depender da relação que o avaliador tem com aquela comunidade/assunto/classe que está sendo

avaliada. Ketelaar (2001) sugere que a arquivização precede o arquivamento e, nesse sentido, deve-se olhar para a “arquivização” de modo que esse processo reflita o mundo, antes do efetivo arquivamento.

Nessa mesma linha de pensamento, Verne Harris (2002) sugere que o processo de avaliação é um “*sliver of a window*” (“pedaço de uma janela”, em tradução livre). O autor argumenta que, entre os avaliadores de arquivos, persiste uma noção de que seu trabalho de avaliação é simplesmente sobre a construção de um reflexo coerente da “realidade” montada como se fossem um quebra-cabeça de documentos avaliados. Entretanto, poucos são os avaliadores de arquivo que participam do processo da “realidade” que o registro arquivístico “reflete”. E, portanto, ao identificar aqueles registros com valor arquivístico, o avaliador cria o valor do arquivo sob a sua ótica externa, fazendo que o registro de arquivo seja um olhar fragmentado através de uma janela.

Ao longo dos últimos cem anos, a comunidade arquivística elaborou diversas abordagens de avaliação que oferecem diretrizes para o processo de seleção. Essas abordagens emergiram, em parte, como resposta às contingências do seu tempo, incluindo avanços nas tecnologias de escrita, impressão, fotografia e digitalização, que permitiram a geração de conteúdo em taxas cada vez mais elevadas (Cox, 2009). Foram apresentadas, ao longo desse tempo, diversas abordagens consideradas como à margem do pensamento clássico da avaliação em Arquivologia. Um desses exemplos são as técnicas de amostragem, utilizadas para selecionar sistematicamente registros de um conjunto maior que não pode ser acessado na íntegra (Cook, 1991; Nye, 2009; Kolish, 1994). As instituições de arquivo também passaram a adotar políticas de desenvolvimento de coleções, que comunicam quais tipos de materiais são de interesse para a instituição. Essa técnica é pouco utilizada no Brasil, em razão de ser considerada uma estratégia artificial de composição de um arquivo, o que iria de encontro ao princípio da organicidade e da proveniência². Nos Estados Unidos, em contrapartida, é bastante utilizada, ainda que muitos arquivos não possuam uma política para o desenvolvimento de coleções (Sauer, 2001).

Embora os discursos de avaliação em arquivos sejam, algumas vezes, simplificados com o apoio de interpretações equivocadas, é importante considerar que essas vertentes à margem das teorias clássicas oferecem novas oportunidades e desafios para os profissionais, e se baseiam em décadas de pensamento pós-custodial dentro do campo que tem desafiado os modelos tradicionais de propriedade arquivística (Bearman, 1991; Ham, 1981; Ribeiro, 2002; Silva, 2006; Silva; Ribeiro, 2011, 2012, 2020). O desenvolvimento e o surgimento de novas ideias de avaliação, como estratégia de documentação (Samuels, 1986), macroavaliação e análise funcional (Cook, 2004), e o modelo de avaliação do fluxo informacional (Ribeiro, 2005) foram influenciados pela necessidade de documentar adequadamente a sociedade e a interação pública com instituições estatais.

2 A esse respeito, Emily Maemura *et al.* (2018) explora a proveniência dos arquivos da *web* a partir da perspectiva da descrição documental a qual garante que os pesquisadores possam entender as condições que deram origem a um arquivo da *web*.

A estratégia de documentação é uma metodologia que condiciona o processo avaliativo a partir da perspectiva de colaboração, indicando quais arquivos devem ser preservados com base nos assuntos, nos tipos de documento e na localização geográfica do registro (Nesmith, 2011; Samuels, 1998). A macroavaliação e a análise funcional fornecem estruturas para atribuição de valor aos documentos com base em sua função e seu impacto social. Já o modelo de avaliação do fluxo informacional considera a mensuração da pertinência, ou seja, tem relação direta com os atos informacionais e com os objetivos essenciais do documento, sua estrutura orgânica e suas competências/funções.

Com a emergência da tecnologia e os incrementos outrora oportunizados pela *web* 2.0, alguns autores propuseram modelos de arquivos mais participativos (Shilton; Srinivasan, 2007; Yakel, 2007), explorando os modos de interação entre criadores, usuários e detentores de arquivos. Esse fenômeno social e cultural da cocriação exige uma mudança de olhar dos paradigmas tradicionais da natureza orgânica dos documentos e do fazer arquivístico.

Mesmo que se trate de um assunto complexo no âmbito dos estudos em arquivos, a avaliação é um processo fundamental e pode ser visto a partir de diferentes perspectivas. Embora existam práticas de avaliação bem estabelecidas em arquivos, o campo arquivístico ainda está começando a investigar como os arquivistas e as ferramentas para arquivamento na *web* podem conduzir a avaliação.

A AVALIAÇÃO DOCUMENTAL COMO FIO CONDUTOR DA INCLUSÃO SOCIAL NOS ARQUIVOS DA WEB

Antes de iniciar o debate sobre avaliação documental nesta perspectiva, é importante compreender o que se quer dizer por inclusão social. O termo emergiu no uso comum no Reino Unido e somente no início dos anos 2000 chefes de estado e de governo adotaram a Agenda de Política Social Europeia, que incluía formas comparáveis de combater a pobreza e promover a inclusão social, fato que culminou na difusão do conceito por toda a Europa. Nessa agenda, estavam definidas as populações consideradas em risco de exclusão social (o oposto de inclusão social), que abrangiam pessoas com deficiência, refugiados e requerentes de asilo, minorias étnicas, idosos, famílias monoparentais, mulheres, desempregados e pessoas com problemas de saúde mental.

Baumgartner e Burns (2014) trazem recomendações para a construção de um instrumento para medir a inclusão social. Essas recomendações ajudam também a estabelecer uma visualização mais plural daquilo que podem ser consideradas pessoas socialmente excluídas, podendo, dessa forma, definir meios de inclusão social. Em resumo, os autores dizem que a inclusão social passa pelo sentido de pertença à comunidade, pelo nível de participação na comunidade e na vida cívica, pela capacidade de escolher se quer participar, bem como pelas oportunidades e barreiras à participação. Sem garantir mecanismos que permitam essas premissas, grupos sociais podem correr maior risco de ficar à margem do processo democrático ou de se sentirem isolados e sem oportunidades de escolha.

Outra perspectiva da inclusão social que faz sentido no contexto deste debate vem no sentido de pensá-la a partir do viés informacional. Ainda que as teorias de inclusão social reconheçam a marginalização de determinados grupos em razão de suas condições econômicas, sociais e culturais, não se considerou que a exclusão social também pode ser um problema de informação: aqueles sem acesso adequado à informação são socialmente excluídos e aqueles que são socialmente excluídos também podem não ter acesso às principais fontes de informação ou ao capital social adequado (Caidi; Allard, 2005).

Em 2013, surgiu um debate na reunião anual da *Society of American Archivists* e nas páginas do *American Archivist* sobre a natureza política do trabalho de justiça social. O debate começou quando Mark Greene (2013) argumentou que os arquivistas podem cumprir melhor suas obrigações profissionais ao permanecerem neutros na sua atuação e quando Jimerson (2013) afirmou que a justiça social é uma obrigação pessoal, e não profissional. Esses textos provocaram uma reação de Michelle Caswell (2013), a qual postulou que algo ser construído como “neutro” é uma questão de perspectiva e que essas perspectivas se limitam à homogeneidade do campo.

Debates sobre neutralidade nos arquivos não eram uma novidade em 2013, considerando que, nas décadas de 1970 e 1980, o arquivista Hans Booms e o historiador Howard Zinn chamaram a atenção para as implicações sociais nos arquivos. Booms, Joldersma e Klumpenhower (1987) introduziram uma vertente que tem como foco a representação da sociedade nos arquivos públicos a partir da inclusão de coleções que reflitam a sociedade. Por sua vez, Zinn, em um discurso durante a reunião anual da *Society of American Archivists*, em 1970, questionou a noção de neutralidade arquivística. O arquivista incitou que os profissionais deveriam olhar para as implicações de sua prática, tentando perceber como isso poderia reforçar o *status quo* da sociedade, favorecendo os mais poderosos e mais ricos, ao passo que ignoraria o “impotente e obscuro” (Zinn, 1977). Seu desafio para os arquivistas era tornar os documentos do governo mais acessíveis e coletar registros que refletissem a vida das pessoas comuns e não apenas dos poucos dominantes. Arquivistas e estudiosos de arquivos exploraram a relação entre inclusão social e arquivos nos últimos cinquenta anos. Mais recentemente, estudos similares utilizam o termo justiça social (Duff *et al.*, 2013; Harris, 2002; Jimerson, 2007; 2009; Wallace, 2010).

O desafio em representar as comunidades marginalizadas exigiu mudanças no que os arquivos coletam e inspirou um profundo reexame dos princípios arquivísticos fundamentais que, de fato, favorecem entidades estatais ou corporativas, bem como culturas de elite e dominantes (Punzalan; Caswell, 2016). A partir da década de 1990, houve um esforço para questionar os conceitos arquivísticos predominantes, que eram influenciados por ideias da teoria crítica, principalmente pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Esse esforço foi no sentido de expandir os conceitos arquivísticos que fornecem as bases intelectuais para a prática, o que resultou na compreensão de que havia a necessidade de reconceitualização dos fundamentos intelectuais do trabalho de arquivo para abordar de forma mais conveniente as comunidades historicamente sub-representadas e marginalizadas.

Um exemplo é a conversa contínua e a expansão do princípio da proveniência para ajudar a liberar o trabalho de arquivo de interpretações estreitas e restritas de criação e propriedade (Punzalan; Caswell, 2016). Tom Nesmith (1999, p. 146) preconiza que proveniência, nesse contexto, seriam “os processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão, contextualização e interpretação dos registros, que respondem por sua existência, características e história contínua”. O autor propunha que o conceito fosse dinâmico, ao passo que não previa apenas os criadores dos documentos como fator para avaliar a proveniência, mas que fossem considerados, também, os próprios sujeitos do registro. Na mesma linha, outros autores passaram a abordar o princípio de incluir configurações mais amplas e baseadas na comunidade (Bastian, 2003, 2006; Douglas, 2010; Hurley, 2005; Millar, 2002; Wurl, 2005).

A literatura arquivística, nos últimos anos, criou um corpo substancial de pensamento para apoiar a ideia de que um modelo participante em que a proveniência é definida pela pluralidade de vozes reconhece a inclusão social como essencial para uma sociedade democrática (Cook; Harris, 2007; Jimerson, 2009; Schwartz, 2002). Por meio desses e de outros trabalhos, os arquivistas passaram a refletir sobre as implicações sociais do trabalho arquivístico. O ativismo arquivístico começou a ganhar força, o que influenciou o desenvolvimento de modelos alternativos de avaliação e seleção.

Indo ao encontro dessa mesma perspectiva, outra área do pensamento arquivístico tem formulado teorias sobre o papel dos arquivos na formação e propagação da memória coletiva (Bastian, 2003; 2009; Caswell, 2010; Cook, 2013; Hedstrom, 2002; 2010; Jacobsen; Punzalan; Hedstrom, 2013; Josias, 2011; Punzalan, 2009). A partir do reconhecimento de que as narrativas oficiais raramente destacam as perspectivas da comunidade, ao passo que as fontes oficiais retratam uma elite, são descritas algumas perspectivas que podem ser consideradas na recuperação de vozes silenciadas, bem como na sustentação de contranarrativas.

Daí emergem os discursos arquivísticos comunitários para encorajar uma participação da sociedade nos empreendimentos arquivísticos. Arquivos comunitários foram organizados em torno de identidades étnicas, raciais ou religiosas (Caswell, 2014; Daniel, 2010; Kaplan, 2000); de gênero e orientação sexual (Barriault, 2009); situação econômica (Flinn; Stevens, 2009); e localização geográfica (Flinn; Stevens, 2009). Alguns autores observaram o número crescente de organizações de arquivos comunitários desde o início dos anos 2000 (Bastian; Alexander, 2009; Cook, 2013; Daniel, 2010; Flinn; Stevens, 2009; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Mander, 2009).

Conectado a todos esses movimentos está o ressurgimento de apelos e debates sobre o arquivista “ativista” (Jackman, 2012; Yaco; Hardy, 2012; 2013). Essas frentes evidenciam o interesse arquivístico na justiça social (Caswell *et al.*, 2012; Cushing, 2014; Fundação Nelson Mandela, 2005; Greene, 2007; Harris, 2007; Jimerson, 2009; Jimerson; Harris; Wallace, 2008; Society of American Archivists, 2012a; 2012b; Wallace, 2010).

Essas tendências e debates refletem os desenvolvimentos de disciplinas acadêmicas e profissões que respondem à luta dos imperativos da justiça social contemporânea, tais como: globalização, defesa da democracia, militarismo e fascismo, pobreza e desigualdade, influência de grandes corporações, vigilância, desmatamento ambiental, sobrevivência indígena, empoderamento feminino, LGBTfobia, sobrevivência de corpos pretos e outros. Embora o fenômeno da justiça social exista muito além dos limites dos arquivos, é essencial para a disciplina abordar essa questão de forma sistemática e coerente.

Os arquivos têm o poder de produzir e reproduzir justiça e injustiça nas decisões técnicas que são tomadas. E, portanto, reconhecer as desigualdades sistêmicas, empregar recursos intelectuais e físicos para desafiar e mudar essas estruturas de exclusão, marginalização e dominação deve conduzir as ações na área dos arquivos. É fundamental perceber que essa estrutura precede a produção e a manutenção de registros, exigindo, assim, um esforço de justiça social. A justiça social nesses contextos requer que arquivos e arquivistas reconheçam o que foi dito acima, ao mesmo tempo em que demonstram conexões concretas entre justiça social, arquivos e práxis arquivística.

Duff *et al.* (2013) realizaram um levantamento na literatura arquivística para mapear em que áreas do conhecimento arquivístico a justiça social é mais aparente: inclusão de setores sub-representados e marginalizados da sociedade; reinterpretação e expansão de conceitos arquivísticos; desenvolvimento de arquivos comunitários; educação e treinamento arquivístico; e esforços para documentar violações de direitos humanos. Algumas marcas mais concretas estão na possibilidade de participação e acesso ao arquivo; compreender que os arquivos podem facilitar a justiça restaurativa por meio da promoção e da proteção do registro; que as exclusões, as ausências e os silêncios nos arquivos sejam considerados como lacunas que podem ser remediadas; e, por fim, mas não menos importante, que se resista às exclusões e marginalizações das instituições arquivísticas.

Se ainda há muito o que ser explorado a esse respeito no âmbito da arquivística clássica, o mesmo ocorre quando pensamos em arquivamento da *web*. Embora as infraestruturas técnicas para realizá-lo tenham sido estudadas nos últimos anos, ainda pouco se sabe sobre as interações dos arquivistas com essas infraestruturas. As interações técnicas, tal como o processo de seleção do conteúdo, assim como a influência que as ferramentas de captura podem ter nesse processo, ainda são questionamentos muito presentes nos debates de arquivamento da *web* no âmbito da Ciência da Informação e Arquivologia. Algumas pesquisas têm avançado nesse sentido e trazido alguns questionamentos a respeito dessa atividade arquivística (Ben-David; Amram, 2018; Summers, 2020; Summers, Punzalan, 2017). De todo modo, ainda há discussões a serem feitas no sentido de entender como as decisões sobre o que arquivar funcionam quando da composição de um arquivo da *web*.

Mesmo que o *Internet Archive* resista à ideia ilusória de arquivar tudo (Masanès, 2005), é evidente que, ao selecionar o conteúdo, os arquivistas também estão escolhendo quais registros sairão da linha de preservação e, conseqüentemente, serão esquecidos

(Harris, 2014). Esse processo de esquecimento opera por necessidade porque é impossível armazenar todos os registros. Até aqui, nada difere do processo clássico de avaliação em Arquivologia.

O surgimento dos arquivos da *web* exigiu que fossem desenvolvidas ferramentas, protocolos, padrões, redes colaborativas e *expertise*. A partir de 1996, os agentes automatizados (robôs de rastreamento, *crawlers*) do *Internet Archive* começaram a rastrear *link* por *link* na *web*, arquivando tudo que passava ao longo do caminho (Mohr *et al.*, 2004). A partir daí, organizações pertencentes ao IIPC começaram a construir suas próprias coleções, a partir da lógica de domínio de internet (Gomes; Freitas; Silva, 2006; Phillips, 2005), ou de *sites* específicos selecionados de acordo com uma política de desenvolvimento de coleção (Schneider *et al.*, 2003). Mesmo que compreendam técnicas diferentes, é improvável que a prática de avaliação seja realizada sem a ajuda de tecnologias especializadas e agentes automatizados que recuperem o conteúdo selecionado para os arquivos (Summers; Punzalan, 2017).

E, portanto, para que se possa definir um conjunto de papéis, políticas e tecnologias para avaliar o conteúdo da *web*, é fundamental que seja entendido como a avaliação está sendo realizada atualmente. A partir daí, estabelece-se uma base teórica a partir de estudos arquivísticos críticos, para evitar que se caia na simples reciclagem de práticas clássicas, sem que se forme uma análise coerente da avaliação em arquivos da *web*. Além disso, o papel político do arquivo também será destaque nas discussões sobre avaliação em arquivamento da *web*, ao passo que o processo de documentar as decisões de seleção assumem uma dimensão política que deve ser abordada ao discutir como o conteúdo da *web* é selecionado.

As decisões políticas também estão envolvidas no reconhecimento da *web* como uma fonte essencial para o estudo dos fenômenos culturais e sociais das últimas décadas (Schneider; Foot, 2005). O crescente interesse em arquivos comunitários, sob o aspecto de preservar as vozes outrora apagadas dos arquivos, poderá ser um ponto de partida para os debates de composição de arquivos da *web*, uma vez que os arquivos comunitários são compostos a partir de atividades de criação e coleta, processamento e curadoria, preservação e disponibilização de coleções relacionadas a uma comunidade ou um assunto específico.

Dessa forma, esses arquivos podem ajudar a combater a desigualdade social, proporcionando acesso a informações e conteúdos que estão apagados dos registros formais. Ao preservar informações advindas do espaço digital, os arquivos da *web* podem fornecer às pessoas uma compreensão mais completa da sociedade e ajudar a documentar as lutas sociais e os esforços para a mudança. E, sendo assim, a seguir exploramos alguns exemplos destes arquivos da *web* que podem servir de referência para os estudos de seleção e avaliação.

ARQUIVOS DA WEB COMO PROMOTORES DE JUSTIÇA SOCIAL - ALGUNS CASOS

O *Documenting the Now*, também conhecido como *DocNow*³, é um projeto criado em 2016 que se dedica a desenvolver ferramentas de código aberto e práticas orientadas à comunidade de usuários, com o objetivo de apoiar a coleta ética, o uso e a preservação de conteúdo publicamente disponível compartilhado na *web* e nas mídias sociais. A iniciativa surgiu em resposta ao uso generalizado das mídias sociais como meio de narrar eventos historicamente significativos. Uma das principais prioridades do *DocNow* é adotar práticas éticas ao lidar com o conteúdo das mídias sociais, especialmente no que diz respeito à coleta e à preservação a longo prazo. Isso inclui respeitar a intenção dos usuários e os direitos dos criadores de conteúdo, seguindo a abordagem do X (antigo *Twitter*). O projeto desenvolve ferramentas de código aberto para ajudar arquivistas, ativistas e pesquisadores a trabalhar com dados de mídia social.

Em 2017, foi lançado o *Community Webs*⁴, um programa de educação, treinamento e serviços que recebeu financiamento do *Institute of Museum and Library Services* e do *Internet Archive*. O objetivo era capacitar as bibliotecas públicas para criarem coleções de materiais publicados na *web*, de valor histórico, documentando suas comunidades locais. Graças ao apoio da *Fundação Mellon*, o *Community Webs* expandiu-se em 2020 e incluiu mais bibliotecas públicas nos Estados Unidos. No ano seguinte, o *Internet Archive* abriu o programa para candidaturas de organizações de patrimônio cultural do Canadá e de todo o mundo. Desde o seu lançamento, o *Community Webs* atraiu mais de 150 bibliotecas públicas e outras organizações de patrimônio cultural. Juntas, essas instituições arquivaram mais de 100 *terabytes* de materiais de patrimônio comunitário baseados na *web* em coleções que abrangem a vida de cidadãos locais, eleições, *blogs* locais, justiça social, crises e desastres, covid-19, entre outros, representando as vozes marginalizadas e os grupos frequentemente excluídos dos registros históricos.

A *Stanford Web Archive Portal*⁵ tem, em seu escopo de arquivamento da *web*, conteúdo *online* sujeito a desaparecer rapidamente, tais como *websites* de campanha de candidatos políticos que geralmente ficam disponíveis apenas durante a temporada eleitoral; da mesma forma, projetos financiados podem retirar seus *websites* do ar quando não recebem mais subsídios, ainda que o projeto esteja em andamento; além de discursos políticos dissidentes, que podem estar sujeitos à censura governamental (Ferreira, Martins, Rockembach, 2018).

O projeto MFigure foi criado na Malásia com o objetivo de desenvolver um banco de dados e repositório de arquivos da *web*, fornecendo uma plataforma de armazenamento com metadados descritivos e de preservação relacionados ao patrimônio social e cultural do país (Saiful Bahry *et al.*, 2022). A finalidade do projeto é preservar informações publicadas na *web* sobre figuras notáveis da Malásia, incluindo atletas honrados, empresários bem-sucedidos, pesquisadores proeminentes em várias áreas, políticos e outros indivíduos de destaque.

3 Site: <http://www.docnow.io/>.

4 Site: <https://communitywebs.archive-it.org/>.

5 Site: <https://swap.stanford.edu/was/>.

O projeto visa a coletar histórias de figuras públicas, discursos, participação em eventos, atos e pensamentos do cotidiano, reconhecendo sua influência sobre as gerações futuras. Além disso, o projeto desenvolveu uma estrutura de metadados que permite a expansão e disseminação do conteúdo da web, com vistas a criar um repositório virtual do patrimônio social e cultural. O processo de arquivamento da *web* utiliza ferramentas como *Httrack* e *Conifer*, gerando um arquivo em formato warc e um documento da *web* real. Para garantir a integridade das informações, ambos os tipos de arquivos são depositados no MFigure. Assim, cada conteúdo de arquivo da *web* possui dois tipos de arquivos associados.

*Huellas Incómodas*⁶ é uma iniciativa de preservação digital que trabalha para documentar, contextualizar e gerar um legado público de memória coletiva e direito à verdade com base nas lutas sociais feministas na América Latina. O projeto surge da efemeridade das expressões de protesto em espaços públicos físicos e digitais e intervém contra a urgência de apagá-las. Essa plataforma é composta por coleções digitais de ativismo de diferentes partes da América Latina. Qualquer pessoa pode contribuir para a preservação do ativismo digital em sua região, enviando um *website* feminista para arquivamento.

O ATBW⁷ é uma iniciativa que busca estabelecer uma prática de arquivamento da *web* mais equitativa e acessível para documentar a experiência negra. O crescimento expansivo da *web* e das mídias sociais, juntamente com o amplo uso dessas plataformas por pessoas negras, apresenta oportunidades e responsabilidades significativas para as instituições de coleta interessadas em documentar a vida e as experiências negras *online*. A iniciativa recebeu uma doação de US\$ 2,5 milhões da *Fundação Mellon*⁸ para desenvolver um programa de treinamento de educação continuada em arquivamento da *web*, voltado para profissionais da memória que coletam conteúdo de arquivo documentando a vida, a história e a cultura negra. O objetivo ATBW é diversificar e aumentar o número de profissionais atuantes no arquivamento da *web* e nas coleções que se concentram na experiência negra. Além disso, visa a reunir acadêmicos e arquivistas interessados em aprofundar a compreensão, as coleções e os estudos sobre o uso de tecnologias de comunicação digital por pessoas negras.

Por sua vez, *The New York Public Library* é mantenedora do *#SchomburgSyllabus*⁹, um arquivo da *web* composto de recursos educacionais relacionados a estudos, movimentos e experiências negras. Ao conectar esses materiais às coleções da *Schomburg Center for Research in Black Culture*, são honradas e reconhecidas as fontes e a força das práticas de autoeducação negra, estudo coletivo e biblioteconomia. O *#SchomburgSyllabus* é organizado em 27 temas para promover uma maior compreensão da experiência negra, tais como feminismo negro, deficiência, moda, filme e TV, gentrificação, monumentos, músicas e outros.

A *University of California Berkeley* é mantenedora do *Archiving the LGBT Web: Eastern Europe and Eurasia*¹⁰, um arquivo da *web* com o objetivo de investigar estratégias

6 Site: <https://idrhu.org/huellasincomodas/webarchive>.

7 Site: <https://archivingtheblackweb.org/>.

8 Site: <https://www.mellon.org/>.

9 Site: <https://www.nypl.org/schomburgsyllabus>.

10 Site: <https://archive-it.org/collections/6165>.

para a preservação de partes da *web* relacionadas à comunidade LGBT na Rússia e no Leste Europeu, considerando a constante evolução das atitudes legais e sociais nessa região. Os arquivos relacionados a essa comunidade não são uma novidade. Por exemplo, o *ONE National Gay & Lesbian Archives*¹¹, atualmente localizado na *University of Southern California Library*, foi fundado em 1952. Há também diversos outros exemplos de arquivos LGBT ao redor do mundo, como o *Canadian Lesbian+Gay Archives*¹² e o *International homo/lesbisch centrum voor informatie en archivering*¹³ na Holanda. Embora esses arquivos mencionados colem materiais relacionados ao movimento LGBT, eles não possuem políticas sistemáticas de arquivamento da *web* que permitiriam a preservação da *web* LGBT para as futuras gerações.

A *University of British Columbia* é mantenedora do *First Nations and Indigenous Community Websites*¹⁴, uma coleção de informações relacionadas aos povos originários e ao conteúdo da comunidade indígena. São preservados *websites* de diversas instituições associadas a essa população, assim como notícias que veiculam em *websites* dos Estados Unidos e do Canadá.

Um trabalho governamental que merece destaque no quesito preservação para promover a justiça social são as coleções do UKWA¹⁵, considerado o maior arquivo governamental da *web*. Dentre suas coleções e seus focos de coleta, além dos *websites* do governo, a iniciativa apresenta coleções relacionadas à sociedade, tal como envelhecimento, britânicos negros e asiáticos, comunidades caribenhas no Reino Unido, equidade de gênero, vidas LGBTQIAP+ *online*, religião e dezenas de outras.

Felizmente, os exemplos são diversos e incontáveis. Aqui, retratamos algumas iniciativas relativas a um recorte de comunidades socialmente excluídas. Espera-se que, com esses exemplos, possamos demonstrar a diversidade de possibilidades para o arquivamento da *web* e para critérios de seleção que vão além da aplicação de técnicas de avaliação que, muitas vezes, podem ser excludentes e limitantes, fazendo que, ao longo da história, os arquivos reflitam as estruturas de poder social vigentes. Ainda que haja uma lenta mudança nos padrões, resta um extenso caminho a ser percorrido pelos arquivistas a fim de assegurar que os arquivos representem todas as vozes, e não apenas aquelas que ocupam posições de poder. É amplamente reconhecido que a seleção, a organização e o acesso aos registros de arquivo são atividades cruciais que acabam por moldar a memória pública com base no que é preservado (lembrado) e no que é descartado (esquecido). Nesse contexto, compreende-se que há muito em jogo, dado que as escolhas realizadas pelos arquivistas repercutem no processo de construção histórica e na preservação da diversidade cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

11 Site: <http://www.onearchives.org/>.

12 Site: <https://archives.ca/>.

13 Site: <https://ihlia.nl/>.

14 Site: <https://archive-it.org/collections/4069>.

15 Site: <https://www.webarchive.org.uk/en/ukwa/category>.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, foram apresentados alguns elementos presentes na literatura arquivística que contemplam métodos de avaliação considerando as questões sociais como critério avaliativo e, em seguida, foram apresentadas dez iniciativas/projetos de arquivamento da *web* que têm como viés a justiça social. Ao analisar esse conjunto de dados, percebe-se uma relação bastante viável entre avaliação documental, arquivamento da *web* e justiça social.

Há uma ampla participação de arquivistas e profissionais de diversas áreas em discussões sobre a preservação de *websites*, em busca de métodos e ferramentas que possam alcançar os objetivos de preservação e acesso às páginas da *web*. Da mesma forma que há, também, diversos estudos que corroboram para que os arquivos sejam avaliados a partir de critérios sociais. Embora a comunidade de pesquisa tenha se empenhado em colaborar, ainda há uma necessidade significativa de relacionar esses estudos com as práticas dos arquivistas envolvidos na avaliação de conteúdo *web* para fins de arquivamento e debater como essa lógica pode corroborar para a diminuição das desigualdades sociais, fazendo que os espaços de memória contemplem as comunidades outrora sub-representadas.

O primeiro passo desses debates é o reconhecimento de que as desigualdades sistêmicas e a discriminação de indivíduos ou grupos pode levar, ao longo do tempo, a ações que acarretam seu apagamento dos registros historiográficos. Em seguida, é necessário reconhecer que os profissionais de arquivo têm o poder da intervenção neste cenário; e, por fim, é preciso pensar os processos de seleção para além da tradição arquivística anglo-saxônica, internalizada nas práticas de arquivamento, especialmente no cenário brasileiro. Essas ações têm uma série de impactos que podem incluir resultados imediatos, como vitórias em processos judiciais, ou a conscientização de visitantes de exposições sobre desigualdade e discriminação. Ao longo do tempo, essas ações podem resultar em impactos e mudanças na justiça e na igualdade social

As técnicas de avaliação documental estão enraizadas em realidades culturais específicas que promovem “ordens morais e técnicas”, as quais moldam concretamente como os registros devem ser preservados. Ao tangenciar essas técnicas, estamos proporcionando uma fonte inestimável de herança documentada para as gerações atuais e futuras, ao mesmo tempo em que criamos um senso de comunidade e pertencimento. As teorias clássicas de avaliação foram pensadas em um contexto dos séculos XIX e XX. Os arquivos da *web*, assim como outros documentos nato digitais, são contemporâneos e necessitam de novas estratégias de gestão e avaliação.

O arquivamento da *web* é uma atividade complexa, que envolve decisões significativas sobre quais partes da *web* serão preservadas e como serão organizadas e acessadas no futuro. Na *web*, por ser um reflexo da diversidade cultural e social do mundo, é fundamental que sejam consideradas as dimensões culturais que a constituem quando do processo de avaliação do que será preservado. Esses documentos *online* contêm uma infinidade de perspectivas, ideias e expressões culturais que são importantes para compreendermos a

sociedade contemporânea em sua totalidade. Ao arquivar a *web*, é essencial reconhecer e respeitar essa diversidade, garantindo que diferentes vozes e culturas sejam representadas de forma equitativa.

Também é importante reconhecer que as decisões sobre arquivamento não são neutras, pois, intrinsecamente, são influenciadas por valores, crenças e poderes subjacentes na sociedade. Ao negligenciar as dimensões culturais, corre-se o risco de perpetuar desigualdades e injustiças, favorecendo certas narrativas em detrimento de outras. Portanto, uma consideração cuidadosa dessas dimensões é essencial para garantir que o arquivamento da *web* promova a justiça social. Nesse sentido, argumentamos que a consideração das dimensões culturais é fundamental para o arquivamento da *web*, pois nos permite preservar, de forma precisa e inclusiva, a diversidade cultural e da sociedade contemporânea, garantindo que as decisões tomadas hoje promovam a justiça e a equidade para as gerações futuras.

Embora reconhecendo que este estudo tenha se limitado a uma amostra de apenas dez arquivos da *web*, o que não se pretende que seja uma amostra totalitária, este artigo pode oferecer alguns *insights* úteis sobre os aspectos curatoriais e de avaliação de conteúdo para arquivamento da *web*. Apesar das limitações, ele pode funcionar como ponto de partida para pesquisas mais extensas e qualitativas, e, portanto, acreditamos que a conversa continuará nos próximos anos. Nosso objetivo orienta-se no sentido de abrir o debate para que possamos reconhecer outros caminhos nos quais podemos nos envolver de forma frutífera e levar a discussão adiante.

Por fim, o arquivamento da *web* pode ser uma ferramenta importante para proteger o patrimônio cultural e promover a inclusão social. Como a internet se tornou uma parte cada vez mais importante da vida diária das pessoas, ela se transformou em um meio de comunicação e expressão cultural. O arquivamento da *web* pode garantir que as manifestações culturais e históricas, incluindo eventos e conteúdos digitais que foram publicados *online*, sejam preservados para as gerações futuras. Além disso, o arquivamento da *web* pode promover a inclusão social ao garantir o acesso a informações e conteúdo para todos, independentemente de sua localização geográfica ou *status* socioeconômico.

REFERÊNCIAS

BARRIAULT, M. Archiving the queer and queering the archives: a case study of the Canadian Lesbian and Gay Archives (CLGA). In: Bastian J. A.; Alexander B. (Ed.). Principles and practice in records management and archives. **Community archives: the shaping of memory**, London: Facet Publishing, p. 97-108, 2009. DOI: <https://doi.org/10.29085/9781856049047.008>.

BASTIAN, J. A. Flowers for homestead: a case study in archives and collective memory. **The American Archivist**, Chicago, IL, v. 72, n. 1, p. 113-132, Spring - Summer, 2009.

BASTIAN, J. A. **Owning memory**: how a Caribbean community lost its archives and found its history. Westport, Conn.; London: Libraries Unlimited, 2003. ISBN: 031332008X.

BASTIAN, J. A. Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. **Archival science**, Dordrecht, v. 6, p. 267-284, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9019-1>.

BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. Introduction: communities and archives: a symbiotic relationship. **Community archives: the shaping of memory**, London: Facet Publishing, p. xxi-xxiv, 2009. DOI: <https://doi.org/10.29085/9781856049047.002>.

BAUMGARTNER, J. N.; BURNS, J. K. Measuring social inclusion: a key outcome in global mental health. **International journal of epidemiology**, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 354-364, 2014. DOI 10.1093/ije/dyt224.

BEARMAN, D. An indefensible bastion: archives as repositories in the electronic age. **Archival management of electronic records**, [s. l.], v. 13, p. 14-24, 1991.

BEN-DAVID, A.; AMRAM, A. The Internet Archive and the socio-technical construction of historical facts. **Internet Histories**, [s. l.], v. 2, n. 1-2, p. 179-201, 2018.

BERNERS-LEE, T. **Cool URIs don't change**. W3C Style, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://www.w3.org/Provider/Style/URI>. Acesso em: 10 maio 2023.

BOERES, S. A. A.; SAAD, R. G. Arquivamento da Web: definições, estratégias, fluxos e iniciativas. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, v. 4, n. 00, p. e023005, 2023. DOI 10.20396/rebpred.v4i00.17934. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17934>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BNF. **Bibliothèque Nationale de France**. Internet archives. 2017. Disponível em: http://www.bnf.fr/en/collections_and_services/book_press_media/a.internet_archives.html. Acesso em: 26 maio 2023.

BOOMS, H.; JOLDERSMA, H.; KLUMPENHOUWER, R. Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources. **Archivaria**, Ottawa, v. 24, p. 69-107, 1987.

BRAGG, M.; HANNA, K.; DONOVAN, L.; HUKILL, G. PETERSON, A. The Web Archiving Life Cycle Model. White Paper. **The Archive-It team**: Internet Archive, [s. l.], 2013. Disponível em: http://ait.blog.archive.org/files/2014/04/archiveit_life_cycle_model.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BROWN, A. **Archiving websites**: a practical guide for information management professionals. London: Facet Publishing, 2006.

BRÜGGER, N. Web archiving: between past, present, and future. **The handbook of Internet studies**, [s. l.], p. 24-42, 2011. DOI <https://doi.org/10.1002/9781444314861.ch2>.

BRÜGGER, N. When the present web is later the past: Web historiography, digital history, and internet studies. **Historical Social Research/ Historische Sozialforschung**, [s. l.], v. 37, n. 4 (142), p. 102–117, 2012.

BRÜGGER, N. The archived web: doing history in the digital age. **MIT Press**, Cambridge, Massachusetts, EUA, 2018.

CAIDI, N.; ALLARD, D. Social inclusion of newcomers to Canada: An information problem? **Library & Information Science Research**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 302-324, 2005. ISSN 0740-8188.

CASWELL, M. Khmer Rouge archives: accountability, truth, and memory in Cambodia. *Archival Science*, Dordrecht, v. 10, p. 25-44, 2010.

CASWELL, M. "Not Just between Us: A Riposte to Mark Greene". **The American Archivist**, Chicago, IL, v. 76, n. 2, p. 605–8, 2013.

CASWELL, M. Inventing New Archival Imaginaries: theoretical Foundations for Identity-Based Community Archives. In: DANIEL, D.; LEVI, A. S. (Ed.). **Identity Palimpsests**: Archiving Ethnicity in the U.S. and Canada. Sacramento, CA: Litwin Books (Archives, archivists and society: book 5), 2014. p. 35-58. ISBN 978-1-936117-85-7.

CASWELL, M.; BROMAN, G.; KIRMER, J.; MARTIN, L.; SOWRY, N. Implementing a social justice framework in an introduction to archives course: lessons from both sides of the classroom. **InterActions**: UCLA Journal of Education and Information Studies, California, v. 8, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5070/D482011846>.

COOK, T. "Many Are Called, but Few Are Chosen": Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files. **Archivaria**, Ottawa, 1991.

COOK, T. Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. **The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor**, (Ottawa: Association of Canadian Archivists), p. 38–70, 1992.

COOK, T. Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 5-18, 2004.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival science**, Dordrecht, v. 13, p. 95-120, 2013.

COOK, T.; SCHWARTZ, J. M. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival science**, Dordrecht, v. 2, p. 171-185, 2002.

COX, R. J. Archivists and collecting. *In*: **Encyclopedia of library and information sciences**. CRC Press, Boca Raton, Florida, EUA, 2009. p. 208-220.

CUSHING, L. **All of us or none**: social justice posters of the San Francisco Bay area. Heyday, [s. l.], 2014.

DANIEL, D. Documenting the immigrant and ethnic experience in American archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 73, n. 1, p. 82-104, 2010.

DOUGLAS, J. Origins: evolving Ideas about the principle of provenance: *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). Currents of archival thinking. London: **Libraries Unlimited**, 2010.

DUFF, W. M.; FLINN, A.; SUURTAMM, K. E.; WALLACE, D. A. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, Dordrecht, v. 13, ed. 4., p. 317-348, 2013. DOI:10.1007/s10502-012-9198-x.

EASTWOOD, T. Reflections on the goal of archival appraisal in democratic societies. **Archivaria**, Ottawa, p. 59-71, 2002.

FERREIRA, L. B.; MARTINS, M. R.; ROCKEMBACH, M. Usos do arquivamento da web na comunicação científica. **Prisma.com**, [s. l.], n. 36, p. 78-98, 2018.

FLINN, A.; STEVENS, M. 'It is noh mistri, wi mekin histri': telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. **Community archives: The shaping of memory**, London: Facet Publishing, p. 3-28, 2009.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival science**, Dordrecht, v. 9, p. 71-86, 2009.

FRITZ, S.; MILLIGAN, I.; RUEST, N.; LIN, J. *Fostering Community Engagement through Datathon Events: The Archives Unleashed Experience*. DHQ: Digital Humanities Quarterly, [s. l.], v. 15, n. 1, 2021.

FUNDAÇÃO NELSON MANDELA. *Memory for justice: report on a colloquium*. Nelson Mandela Foundation, Johannesburg, [s. l.], 2005. Disponível em <http://faculty.wvu.edu/~jimerson/ArchivesPower-Appendix.htm>. Acesso em: 15 maio 2023.

GLANVILLE, L. Web archiving: ethical and legal issues affecting programmes in Australia and the Netherlands. **The Australian Library Journal**, [s. l.], v. 59, n. 3, p. 128–134, 2010. DOI 10.1080/00049670.2010.10735999.

GOMES, D.; FREITAS, S.; SILVA, M. J. Design and selection criteria for a national web archive. *In: Research and Advanced Technology for Digital Libraries: 10th European Conference, ECDL 2006, Alicante, Spain, Proceedings 10*. Springer Berlin Heidelberg, Sep. 2006. p. 196-207.

GREENE, M. Ethics in Archives: is social justice an archival ethic? **Archival Outlook**, 2007. Disponível em: <http://files.archivists.org/periodicals/Archival-Outlook/Back-Issues/2007-6-AO.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

GREENE, M. A critique of social justice as an archival imperative: what is it we're doing that's all that important? **The American Archivist**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 302-334, 2013.

HAM, F. G. Archival strategies for the post-custodial era. **The American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.

HARRIS, V. S. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa. **Archival science**, Dordrecht, v. 2, p. 63-86, 2002.

HARRIS, V. S. Archives and justice: a South African perspective. **Society of Amer Archivists**, [s. l.], 2007.

HARRIS, V. S. Antonyms of our remembering. **Archival Science**, Dordrecht, v. 14, n. 3-4, p. 215-229, 2014.

HEDSTROM, M. Archives, memory, and interfaces with the past. **Archival Science**, Dordrecht, v. 2, p. 21-43, 2002.

HEDSTROM, M. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. **Currents of archival thinking**, [s. l.], p. 163-179, 2010.

HURLEY, C. Parallel provenance [Series of parts]: Part 1: What, if anything, is archival description? [An earlier version of this article was presented at the Archives and Collective Memory: Challenges and Issues in a Pluralised Archival Role seminar (2004: Melbourne)]. **Archives and Manuscripts**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 110-145, 2005.

IIPC. Why archive the web? **Website IIPC**. [s. l.], 2017. Disponível em: <http://netpreserve.org/web-archiving/>. Acesso em: 20 maio 2023.

INTERNET ARCHIVE. **About the internet archive**, San Francisco, 2023. Disponível em: <https://archive.org/>.

Acesso em: 10 maio 2023.

JACKMAN, T. Activist archivists and the limits of postmodern thought. **A paper for ARST**, [s. l.], v. 573, p. 1-22, 2012.

JACOBSEN, T.; PUNZALAN, R. L.; HEDSTROM, M. L. Invoking “collective memory”: Mapping the emergence of a concept in archival science. **Archival Science**, Dordrecht, v. 13, p. 217-251, 2013.

JIMERSON, R. C. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, Chicago, IL, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

JIMERSON, R. C. **Archives power: memory, accountability, and social justice**. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

JIMERSON, R. C. Archivists and social responsibility: a response to Mark Greene. **The American Archivist**, Chicago, IL, p. 335-345, 2013.

JIMERSON, R. C.; HARRIS, V.; WALLACE, D. A. *Global issues forum: archival ethics and social justice: what is our professional responsibility?*. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Archives 2008: Plan now to attend SAA's 72nd Annual Meeting**. Hilton San Francisco, 2008.

JOSIAS, A. Toward an understanding of archives as a feature of collective memory. **Archival science**, Dordrecht, v. 11, p. 95-112, 2011.

KAPLAN, E. We are what we collect, we collect what we are: Archives and the construction of identity. **The American Archivist**, Chicago, v. 63, n. 1, p. 126-151, 2000.

KETELAAR, E. Tacit narratives: the meanings of archives. **Archival science**, Dordrecht, v. 1, p. 131-141, 2001.

KHAN, M.; RAHMAN, A. U. A systematic approach towards web preservation. **Information Technology and Libraries**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 71–90, 2019. DOI: <https://doi.org/10.6017/ital.v38i1.10181>.

KOLISH, E. Sampling Methodology and its Application: an illustration of the tension between theory and practice? **Archivaria**, Ottawa, 1994.

LEVITAS, R. Let's hear it for Humpty: social exclusion, the third way and cultural capital. **Cultural trends**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 41-56, 2004.

MACKINNON, K. Ethical approaches to youth data in historical web archives (dispatch). **Studies in Social Justice**, Hamilton, Canada, v. 15, n. 3, p. 442–449, 2021. ISSN 1911-4788.

MAEMURA, E.; WORBY, N.; MILLIGAN, I.; BECKER, C. If these crawls could talk: studying and documenting web archives provenance. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 69, n. 10, p. 1223-1233, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24048>.

MANDER, D. Special, local and about us: the development of community archives in Britain. **Community archives: the shaping of memory**, London: Facet Publishing, p. 29-46, 2009.

MASANÈS, J. Web archiving methods and approaches: a comparative study. **Library trends**, Baltimore, Maryland, EUA, v. 54, n. 1, p. 72-90, 2005.

MELO, J. F. **Arquivamento dos websites do Governo Federal Brasileiro - preservação do domínio GOV.BR**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MELO, J. F.; OLIVEIRA, C.; ROCKEMBACH, M. História do arquivamento da web no Brasil: um percurso entre a academia, o legislativo e executivo brasileiro. Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia (2023 maio. 25-26: Niteroi, RJ). **Anais... [recurso eletrônico]**. Niteroi: UFF, 2023.

MILLAR, L. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. **Archivaria**, Ottawa, p. 1-15, 2002.

MILLIGAN, I. Historiography and the Web. **The SAGE handbook of web history**, [s. l.], p. 3–15, 2018.

MILLIGAN, I. **History in the age of abundance?**: how the web is transforming historical research. McGill-Queen's University Press, [s. l.], 2019. p. 328. ISBN 978-0-7735-5697-3.

MOHR, G.; STACK, M.; RANITOVIC, I.; AVERY, D.; KIMPTON, M. An Introduction to Heritrix: An open source archival quality web crawler. *In: 4th International Web Archiving Workshop (IWAW04)*, 4, 2004, Bath, UK, p. 109-115, 2004.

NÉMETH, M.; DRÓTOS, L. A blended learning-based curriculum on Web archiving in the national Széchényi library. **Digital Library Perspectives**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 97-114, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/DLP-03-2019-0012>.

NESMITH, T. Still fuzzy, but more accurate: Some thoughts on the "ghosts" of archival theory. **Archivaria**, Ottawa, p. 136-150, 1999.

NESMITH, T. Documenting Appraisal as a Societal-Archival Process: theory, practice, and ethics in the wake of Helen Willa Samuels. *In: COOK, T. (ed.). Controlling the Past: Documenting Society and Institutions - Essays in Honor of Helen Willa Samuels*. Chicago: Society of American Archivists, 2011. p. 31-50.

NYE, B. E. Records retention schedules. *In: Encyclopedia of Library and Information Sciences*. CRC Press, Boca Raton, Florida, EUA, p. 4465-4469, 2009.

OGDEN, J. "Everything on the internet can be saved": Archive Team, Tumblr and the cultural significance of web archiving. **Internet Histories**, [s. l.], v. 6, n. 1-2, p. 113-132, 2022.

OGDEN, J.; HALFORD, S.; CARR, L. Observing web archives: the case for an ethnographic study of web archiving. **WebSci '17: Proceedings of the 2017 ACM on Web Science Conference**, Troy, NY, USA, p. 299-308, 2017. DOI 10.1145/3091478.3091506.

PEARCE-MOSES, R. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. ISBN 1-931666-14-8.

PHILLIPS, M. E. What should we preserve? The question for heritage libraries in a digital world. **Library trends**, Baltimore, v. 54, n. 1, p. 57-71, 2005.

PUNZALAN, R. L. All the things we cannot articulate': colonial leprosy archives and community commemoration. **Community archives: the shaping of memory**, London: Facet Publishing, p. 197-219, 2009.

PUNZALAN, R. L.; CASWELL, M. Critical directions for archival approaches to social justice. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 86, n. 1, p. 25-42, 2016.

RIBEIRO, F. Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. **Ciências e Técnicas do Patrimônio**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. p. 97-110.

RIBEIRO, F. Novos caminhos da avaliação de informação. **Seminário Avaliação de Documentos a Serviço da Administração**, Santa Catarina, 2005. 22 p.

ROCKEMBACH, M. Inequalities in digital memory: ethical and geographical aspects of web archiving. **The International Review of Information Ethics**, Edmonton, v. 26, 2017. DOI 10.29173/irrie286. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/286>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ROCKEMBACH, M. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 7-24, 2018a.

ROCKEMBACH, M. A web retrospectiva como campo de pesquisa: arquivamento da web e preservação digital. **Pesquisa e Perspectivas de Comunicação e Informação**. Porto Alegre: Sulina, p. 240-256, 2018b.

ROCKEMBACH, M. A web como memória: preservação digital e arquivamento da web no Brasil e no exterior. In: **Congresso Internacional em Humanidades Digitais** (1.: 2018: Rio de Janeiro, RJ). Caderno de Resumos HDRio 2018. Rio de Janeiro: FGV, 2018c.

ROCKEMBACH, M. Arquivamento da Web no contexto das humanidades digitais: da produção a preservação da informação digital. **LIINC em revista**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 1, p. 131-139, 2019.

ROCKEMBACH, M.; FERREIRA, L. B. Web archiving of elections and Brazilian possibilities. In: RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (ed.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Proceedings of the Fifteenth Interantional ISKO Conference 9-11 July 2018**. Ergon-Verlag, Porto, v. 16, 2018. p. 969-972.

ROCKEMBACH, M.; PAVÃO, C. M. G. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 168-182, 2018.

RODRIGUES, V. L. D.; ROCKEMBACH, M. Arquivos da web como fonte historiográfica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, 2021.

ROGERS, R.; BRÜGGER, N.; MILLIGAN, I. Periodizing web archiving: Biographical, event-based, national and autobiographical traditions. **The SAGE handbook of web history**, [s. l.], p. 42–56, 2018.

SAIFUL BAHRY, F. D.; AMRAN, N.; PUTRI, T. E.; RAMLI, M. I. Database design of the Malaysia public figures web archive repository: a social and cultural heritage web collections. **Collection and Curation**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 133-140, 2022. ISSN: 2514-9326. DOI 10.1108/CC-09-2021-0025.

SAMUELS, H. Who controls the past? **The American Archivist**, Chicago, v. 49, n. 2, p. 109-124, 1986.

SAMUELS, H. W. **Varsity letters**: documenting modern colleges and universities. [S. l.]: Scarecrow Press, 1998.

SAUER, C. Doing the best we can? The use of collection development policies and cooperative collecting activities at manuscript repositories. **The American Archivist**, Chicago, v. 64, n. 2, p. 308-349, 2001.

SCHNEIDER, S. M.; FOOT, K. A.; KIMPTON, M.; JONES, G. Building thematic web collections: challenges and experiences from the September 11 Web Archive and the Election 2002 Web Archive. *In*: **3rd Workshop on Web Archives (IWAW'03)**, Digital Libraries, ECDL, Trondheim, p. 77-94, 2003.

SCHNEIDER, S. M.; FOOT, K. A. Web sphere analysis: An approach to studying online action. **Virtual methods**: Issues in social research on the Internet, Berg Publishers, Oxford, p. 157-170, 2005.

SCHNEIDER, S.; FOOT, K. Archiving of internet content. *In*: DONSBACH, W. (ed.). *The International Encyclopedia of Communication*. Wiley Publishing, Malden, 2008.

SCHROEDER, R.; BRÜGGER, N. **Introduction**: The web as history. *In*: BRÜGGER, N. SCHROEDER, R. (ed.). *The Web as History: Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. UCLPRESS, 2017.

SHILTON, K.; SRINIVASAN, R. Participatory appraisal and arrangement for multicultural archival collections. **Archivaria**, Ottawa, p. 87-101, 2007.

SILVA, A. M. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação**. Recife: Nectar, 2011.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. **Knowledge organization**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 111–124. 2012.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. *Ciência da informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos*. **Ciência da Informação**: visões e tendências, Coimbra, 2020.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **In pursuit of the moral imperative**: exploring social justice and archives. Annual Conference, 2012a.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Spotlight: oral history and social justice. *In*: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Dialogue**: The Newsletter of the Oral History Section. v. 8, ed. 1 (Spring, 2012), p. 4–9, 2012b. Disponível em: <https://www2.archivists.org/sites/all/files/spring2012final%20draft.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

SUMMERS, E. Appraisal talk in web archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 89, n. 1, p. 70-102, 2020.

SUMMERS, E.; PUNZALAN, R. Bots, seeds and people: Web archives as infrastructure. *In*: LEE, C. P.; POLTROCK, S.; BARKHUUS, L.; BORGES, M.; KELLOGG, W. CSCW '17: **Proceedings of the 2017 ACM conference on computer supported cooperative work and social computing**. New York, NY: Association for Computing Machinery, 2017. p. 821-834. ISBN: 978-1-4503-4335-0.

UNESCO. **Digital Heritage**. Website. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage>. Acesso em 26 maio 2023.

WALLACE, D. A. Locating agency: interdisciplinary perspectives on professional ethics and archival morality. **Journal of Information Ethics**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 172, 2010. DOI 10.3172/JIE.19.1.172.

WEBER, M. S. Web archives: a critical method for the future of digital research. **WARCNet Papers**, Aarhus, Dinamarca, v. 17, 2020.

WURL, J. Ethnicity as provenance: in search of values and principles for documenting the immigrant experience. **Archival issues**, [s. l.], p. 65-76, 2005.

YACO, S.; HARDY, B. B. Historians, archivists, and social activism: benefits and costs. **Archival Science**, Dordrecht, v. 13, p. 253-272, 2013.

YACO, S.; HARDY, B. B. Archivists, Social Activism, and Professional Ethics. *In*: Society of American Archivists (Society of American Archivists – 2011 Research Forum), 2012. Disponível em: <http://www2.archivists.org/sites/all/files/SoniaYacoBeaHardy-SAA-ResearchPaper-2011.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

YAKEL, E. Digital curation. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 335-340, 2007.

ZINN, H. Secrecy, archives, and the public interest. **The Midwestern Archivist**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977.